

ÍNDICE

Título III – FACTO

Subtítulo I – QUADRO GERAL DE MATÉRIAS

Capítulo I – FACTO JURÍDICO E ACTO JURÍDICO

150. Noção de facto jurídico	3
151. Factos jurídicos principais (constitutivos, modificativos e extintivos) e factos jurídicos secundários (impeditivos, permissivos e confirmativos)	8
151-A. Construção de causalidade jurídica	10
152. Factos jurídicos positivos e factos jurídicos negativos	12
153. Factos jurídicos simples e factos jurídicos complexos	13
154. Factos jurídicos em sentido estrito e actos jurídicos. Concentração no estudo dos actos jurídicos	16

Capítulo II – CLASSIFICAÇÃO DOS ACTOS JURÍDICOS

155. Classificações dos actos jurídicos que servirão de base à sistematização do nosso estudo	19
---	----

156. Acto jurídico negocial ou negócio jurídico. Acto jurídico não negocial ou acto jurídico simples	21
157. Acto jurídico lícito e acto ilícito	31

Capítulo III – SEDE LEGAL DA MATÉRIA

158-A. Estrutura do Subtítulo III do Título II do Livro do Código Civil	33
158-B. Teoria geral do negócio jurídico e negócios com regime particular	39

Subtítulo II – NEGÓCIO JURÍDICO E ACTO JURÍDICO SIMPLES

Capítulo I – SISTEMÁTICA DA MATÉRIA

§ 1.º – Generalidades	41
158-C. Pressupostos, estrutura e função do negócio jurídico	41
§ 2.º – Pressupostos do negócio jurídico	42
159. Pressupostos do negócio jurídico	42
160. Pressupostos primários: sujeito ou declarante	43
161. Pressupostos primários: objecto	44
162. Pressupostos secundários: capacidade	45
163. Pressupostos secundários: idoneidade do objecto	48
164. Pressupostos secundários: legitimidade	49

§ 3.º – Estrutura do negócio jurídico	52
165. Estrutura – elementos – do negócio jurídico	52
166. O negócio jurídico como declaração de vontade. Elementos do negócio jurídico: declaração (elemento referente), vontade (elemento referido)	52
§ 4.º – Função do negócio jurídico	55
167. Função ou eficácia do negócio jurídico	55
§ 5.º – Pontos complementares	56
168. Requisitos do negócio jurídico: requisitos de existência, requisitos de eficácia	56
169-A. Inserção do negócio jurídico na vida jurídica	57

Capítulo II – DECLARAÇÃO

§ 1.º – Generalidades	63
170. Forma e conteúdo da declaração	63
171. Forma e formalidades	63
§ 2.º – Forma de declaração	65
172. Princípio da liberdade de forma	65
173. Negócios formais ou solenes e negócios não formais, não solenes ou consensuais	69
173-A. Relações entre a forma do negócio jurídico e a dos actos preliminares e subsequentes	69
174. Modalidades de declaração negocial: preliminares. Declaração por acção (expressa e tácita) e declaração por omissão ou silêncio	73

175. Declaração expressa e declaração tácita	74
176. O silêncio como meio declarativo	84
177. Relevância jurídica da forma. Formalidades «ad substantiam» e «ad probationem»	87
§ 3.º – Conteúdo da declaração negocial	95
178. Conteúdo da declaração negocial (vontade declarada)	95

Capítulo III – VONTADE

§ 1.º – Estudo da vontade no negócio jurídico ..	97
179. A vontade no negócio jurídico	97
180. Vontade da acção, vontade da declaração, vontade funcional	97
180-A. O problema do objecto da vontade funcional	98
180-B. Declaração de vontade e declaração de ciência	102
181. Requisitos da vontade no negócio jurídico	103
§ 2.º – Vícios na formação da vontade	106
182. Quadro dos vícios na formação da vontade	106
183. Erro: generalidades	107
184. Erro simples	135
184-A. Requisitos de relevância do erro relativos ao declaratório	150
184-B. Erro de facto e erro de direito	151

185. Figuras afins do erro: vícios redibitórios, lesão enorme	154
186. Erro qualificado por dolo	157
187. Medo. Generalidades	164
188. Medo causado por coacção moral	165
189. Medo causado por estado de necessidade	169
190. Incapacidade accidental	170
190-A. Negócios jurídicos com regime especial quanto aos vícios da vontade	171
§ 3.º – Negócios usurários	173
191. A figura do negócio usurário	173
§ 4.º – Ilícitude do fim	180
192. Relevância da ilícitude do fim	180
§ 5.º – Fixação do conteúdo da vontade	182
193. Fixação do conteúdo da vontade. A ideia de interpretação subjectiva	182

Capítulo IV – RELAÇÕES ENTRE VONTADE E DECLARAÇÃO

§ 1.º – Generalidades	183
194. Relações normais e anormais ou anómalas entre a vontade e a declaração	183

§ 2.º – Divergências entre a vontade real e a vontade declarada	185
195. Quadro das divergências entre a vontade real e a vontade declarada	185
196. Coacção física	188
197. Falta de consciência da declaração	190
198. Erro na declaração	192
199. Erro na transmissão da declaração	201
200. Erro no entendimento da declaração	203
201. Declarações não sérias	206
201-A. Reserva mental	209
202. Simulação	211
202-A. Figuras afins da simulação	231
 § 3.º – Papel da declaração e da vontade no negócio jurídico	 244
202-B. Teorias sobre o papel da vontade e da declaração no negócio jurídico	244
202-C. Posição da nossa lei. Referência ao Código Civil de 1867	260
202-D. Posição da nossa lei actual	260
202-E. Ónus de adequação da declaração à vontade	262
202-F. A ideia de vontade normativa ou jurídica	263

Capítulo IV-A – A CAUSA

202-G. O conceito de causa do negócio jurídico	265
202-H. Negócios causais, negócios com causa presumida, negócios abstractos	273

Capítulo V – OBJECTO DO NEGÓCIO JURÍDICO

§ 1.º – Preliminares	281
203. Objecto, conteúdo, substância, efeitos, eficácia do negócio jurídico	281
 § 2.º – Factores de constituição do conteúdo do negócio jurídico	 284
204. Preliminares	284
205. Papel da vontade na formação do negócio jurídico. O princípio da autonomia da vontade ..	284
206. Liberdade de celebração	286
206-A. A recusa de contratar	289
207. Liberdade de selecção do tipo negocial	294
208. Negócios jurídicos nominados e negócios jurídicos inominados	296
208-A. Negócios mistos	297
209. União de negócios jurídicos	301
210. Liberdade de estipulação	303
210-A. Restrições aparentes e restrições reais ao princípio da autonomia da vontade	304
211. Papel da lei na formação do negócio jurídico: normas imperativas e normas supletivas	309
 § 3.º – Elementos do conteúdo do negócio jurídico	 311
212. Elementos do conteúdo do negócio jurídico: essenciais, naturais e accidentais ou acessórios ...	311
213. Elementos essenciais	313
214. Elementos naturais	314

215. Elementos acidentais ou acessórios. Cláusulas acessórias dos negócios jurídicos	316
216. Condição	317
216-A. Pressuposição	346
217. Termo	348
218. Modo	358
219. Cláusula penal	360
220. Outras cláusulas típicas menos frequentes	362
§ 4.º – Interpretação e integração do negócio jurídico	365
221. Preliminares	365
222. Interpretação do negócio jurídico	366
223. Integração do negócio jurídico	370
§ 5.º – Modificações do conteúdo do negócio jurídico	370
224. Preliminares	370
225. Modificações «ope voluntatis»	371
226. Modificações «ope judicis»	371
227. Modificações «ope legis»	372
228. O problema da alteração das circunstâncias do negócio («error in futurum»)	372
§ 5.º-A. – Produção dos efeitos do negócio jurídico	378
228-A. Produção dos efeitos do negócio jurídico	378
228-B. Negócios de execução instantânea, de execução permanente e de eficácia sucessiva	380
228-C. Efeitos do negócio jurídico quanto a terceiros	381

§ 6.º – Cessação dos efeitos do negócio jurídico	382
229. Preliminares	382
230. Resolução arbitrária ou revogação em sentido próprio	389
230-A. Negócios jurídicos sucedâneos	391
231. Resolução não arbitrária, revogação em sentido lato	392
232. Caducidade	393
§ 7.º – Vícios do objecto negocial	393
233. Preliminares	393
234. Indeterminabilidade	394
235. Impossibilidade	395
235-A. Ilicitude	402
235-B. Indisponibilidade	404
236. Inidoneidade	405

Capítulo V-A – SUJEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

§ 1.º – Partes e terceiros	407
236-A. Pessoas em relação com o negócio jurídico: partes e terceiros	407
236-B. Partes	408
236-C. Terceiros	410
§ 2.º – Representação	411
236-D. Conceito de representação	411
236-E. Representação legal	416
236-F. Representação voluntária	416

236-G. Negócio consigo mesmo	418
§ 3.º – Boa fé	419
236-H. Noção de boa fé e má fé	419
§ 4.º – Vícios do negócio jurídico quanto aos sujeitos	425
237. Preliminares	425
238. Incapacidade negocial	425
239. Ilegitimidade	425

Capítulo VI – VÍCIOS E VALORES NEGATIVOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

§ 1.º – Vícios do negócio jurídico	429
240. Quadro dos vícios do negócio jurídico	429
§ 2.º – Valores negativos do negócio jurídico ..	430
241. Quadro dos valores negativos do negócio ju- rídico	430
242. Invalidade	432
243. Inexistência jurídica	432
244. Nulidade e anulabilidade	434
244-A. Invalidades mistas	452
245. Invalidade total e invalidade parcial. Redução do negócio jurídico	453
246. Conversão do negócio jurídico	454
247. Irregularidade do negócio jurídico	458
248. Inoponibilidade	458

249. Impugnabilidade	461
----------------------------	-----

Capítulo VII – CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓ- CIOS JURÍDICOS. O CONTRATO

§ 1.º – Classificação dos negócios jurídicos	463
250. Classificações dos negócios jurídicos	463
251. Negócios jurídicos reais e negócios jurídicos não-reais	465
252. Negócios entre vivos e negócios por morte	468
253. Negócios unilaterais e negócios bilaterais	469
§ 2.º – Contrato	473
254. Noção de contrato	473
255. Classificação autónoma mais importante dos contratos (patrimoniais): onerosos e gratuitos ...	477
255-A. A regra «invito beneficium non datur»	484
255-B. 1.ª subdistinção dos contratos onerosos: comutativos e aleatórios	485
256. 2.ª subdistinção dos contratos onerosos: sina- lagmáticos e onerosos não sinalagmáticos	486

Capítulo VIII – O ACTO JURÍDICO SIMPLES

257. Noção e regime	489
---------------------------	-----

Subtítulo III – ACTO JURÍDICO LÍCITO E ACTO JURÍDICO ILÍCITO

Capítulo I – GENERALIDADES

258. Distinção entre acto jurídico lícito e acto jurídico ilícito 493
259. Ilicitude, ilegalidade, não preenchimento do modelo legal 494

Capítulo II – ACTO JURÍDICO LÍCITO

260. Espécies de acto jurídico lícito: acto permitido e acto devido 497
261. Acto preferencial 497

Capítulo III – ACTO JURÍDICO ILÍCITO

- § 1.º – Espécies de ilicitude 499
262. Preliminares 499
263. Classificação pela estrutura da ilicitude: ilicitude propriamente dita, fraude à lei, abuso do direito 501
264. Classificação pela causa da ilicitude: ilicitude subjectiva (dolosa ou culposa), ilicitude objectiva 505
265. Classificação pelas relações com a norma violada: ilicitude imediata, ilicitude mediata ou reflexa 509

- § 2.º – Consequências da ilicitude: teoria da sanção, responsabilidade civil 511
266. Conceito de sanção 511
267. Direito premial 512
268. Espécies de sanções 512
- 268-A. Responsabilidade civil 516

Subtítulo IV – O TEMPO E SUA REPERCUSSÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS

- 268-B. Ideias gerais 519
- 268-C. Prescrição 520
- 268-D. Caducidade 520

Título IV – GARANTIA

269. A garantia da relação jurídica civil 521
- 269-A. Justiça privada, acção directa e legítima defesa 523
- 269-B. Justiça pública: execução 531
- 269-C. Execução 532